CADERNOS UniFOA 20 ANOS
Edição 56 | 2026
e-ISSN: 1982-1816
Data de submissão: 10/04/2026 Data de Aprovação: 17/06/2026

Subdesenvolvimento e dependência: ideias de base marxista que predominaram entre as décadas de 1940 e 1990

[1] Rogério Faé

1 EA/UFRGS. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Resumo

A temática do desenvolvimento ganhou relevância a partir das conferências de Breton Woods, que buscavam meios de integrar os países atrasados às práticas experienciadas pelas economias centrais. Entre as ideias que emergiram naquele período, a ênfase que encontrou suporte na teorização marxista argumentou que as teorias desenvolvimentistas seriam mantenedoras de uma estrutura mundial desigual e geradora de posições diferenciadas que mutuamente se reforçavam. Assim, o objetivo deste ensaio teórico é analisar as principais ideias de base marxista que emergiram entre as décadas de 1950 e 1990 e que buscaram problematizar as teorias predominantes em escala global. Ao final do texto, percebe-se que as construções analisadas se direcionaram para a crítica às ideias desenvolvimentistas com base num conflito de classes que ganha novas nuances ao entender o Estado como suporte de uma lógica econômica que prioriza crenças geradas nos países centrais e de subordinação das nações periféricas.

Palavras-chave:

Subdesenvolvimento. Marxismo. Dependência.

CC BY NC SA

Underdevelopment and dependence: marxist-based ideas that predominated between the 1940s and 1990s

Abstract

Development ideas gained relevance after the Bretton Woods conferences, which sought ways to integrate peripheric countries into the practices experienced by central economies. Among the ideas that emerged during that period, the emphasis that found support in the Marxist theory argued that developmental theories would maintain an unequal global structure and generate differentiated positions that mutually reinforce each other. Thus, the objective of this theoretical essay is to analyze the Marxist-based main ideas that emerged between the 1950s and 1990s and that sought to problematize the predominant theories on a global scale. At the end of the text, it is clear that the constructions analyzed were directed toward the critique of developmental ideas based on a class conflict that gains new nuances though understanding the State as the support of an economic logic that prioritizes beliefs generated in central countries and the subordination of peripheral nations.

Keywords:

Underdevelopment. Marxism. Dependence.

Subdesarrollo y dependencia: ideas de base marxista que predominaron entre las décadas de 1940 y 1960

Resumen

El tema del desarrollo cobro relevancia después de las conferencias de Bretton Woods que buscaron formas de integrar los países atrasados a prácticas experimentadas por las economías centrales. Entre las ideas que surgieron em ese período, el énfasis que encontró apoyo em la teoría marxista sostenía que las teorías del desarrollo mantendrían una estructura mundial desigual y generarían posiciones diferenciadas que se reforzarían mutuamente. Así, el objetivo de este ensayo teórico es analizar las principales ideas de base marxista que surgieron entre las décadas de 1950 y 1990 que buscaron problematizar las teorías dominantes a escala global. Al final del texto se hace evidente que las construcciones analizadas se orientaron hacia la crítica a las ideas desarrollistas a partir de un conflicto de clases que cobra nuevos matices al entender al Estado como soporte de una lógica económica que prioriza creencias generadas en los países centrales.

Palabras clave:

Subdesarrollo. Marxismo. Dependencia.

1 INTRODUÇÃO

A temática do desenvolvimento ganhou relevância a partir dos estudos realizados por um grupo de pesquisadores que direcionaram seus esforços para a superação dos problemas que ganharam evidência durante as conferências de Breton Woods, ocorridas em 1944, e que, mesmo antes do final da Segunda Guerra, buscavam meios de integrar os países atrasados às práticas mercadológicas experienciadas pelas economias dos países da Europa e dos EUA.

É relevante o destaque que tais esforços, principalmente após o discurso de posse do presidente norte-americano Harry S. Truman, tinham por principal função articular a economia mundial, definindo regras para as relações financeiras e comerciais, em escala global.

O sistema Bretton Woods, que resultou das conferências acima, possibilitou a emergência de regras, instituições e procedimentos com vista à regulação político-econômica internacional. Entre as instituições que ali obtiveram as condições necessárias à sua viabilização, a mais importante foi a Organização das Nações Unidas (ONU). Sob seus auspícios, foram criados o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), instituições que se tornaram operacionais em 1946.

Cabe relembrar que a criação dessas organizações ocorreu em um contexto de desorganização socioeconômica na Europa, de ascensão dos EUA à posição de potência ocidental única e, principalmente, sob o risco eminente de repetição de uma situação recessiva, como a de 1929. A alternativa encontrada para evitar uma nova catástrofe foi a criação de uma estrutura global negociada entre os países centrais, de maneira a buscar a estabilidade das relações econômicas, estratégia que disseminou ideias ligadas ao processo de industrialização, assim como a transformação da população não produtiva em potencial mão de obra fabril, que passa a ser qualificada como fator de produção, à semelhança dos recursos naturais e do capital.

Entre as ideias que emergiram naquele período, a ênfase que predominou identificava desenvolvimento a crescimento econômico, porém estudos que buscaram problematizar tal lógica também ganharam relevância. Entre eles, estiveram o nacional-desenvolvimentismo e a ênfase marxista. A ênfase desenvolvimentista, que tinha na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) seu principal suporte, ao condicionar as perspectivas de desenvolvimento dos países dependentes às estratégias advindas da macroeconomia seria mantenedora de uma estrutura mundial desigual e geradora de posições diferenciadas que mutuamente se reforçavam, razão pela qual defendeu que os limites ao pleno desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo dependente são predominantemente políticos.

Os autores que direcionaram seus esforços para a análise do contexto macroestrutural de forma a incorporar ideias de base marxista, no que tange ao entendimento sobre a apropriação de excedente ou que almejavam a produção de realidades mais equitativas entre as diversas nações, assumiram uma posição na qual o paradigma da modernização e o enfoque global no contexto mundial da dependência se contrapõem.

As ideias que emergiram provocaram uma releitura sobre a relação existente entre países centrais e dependentes. Assim, o objetivo deste ensaio teórico é analisar as principais ideias de base marxista que emergiram entre as décadas de 1950 e 1990 e que buscaram problematizar as teorias predominantes em escala global.

Cabe salientar que ensaio teórico é entendido como definido por Meneghetti (2011, p. 321), no qual o

> leitor não encontrará a disposição formal de um estudo que segue a divisão e lógica estabelecidas pela metodologia científica tradicional. No lugar [...] da metodologia que define os critérios de coleta e análise de dados, no ensaio a orientação é dada [...] pelas perguntas que orientam os sujeitos para as reflexões mais profundas.

Assim, o texto inicia com a teorização de Paul Baran e segue com ideias que, inspiradas nessa construção inicial, buscaram entender a influência da logica predominante em escala global para realidades regionais onde estavam inseridos.

2 A INFLUÊNCIA DE PAUL BARAN PARA UMA ECONÔMICA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO

No mesmo tempo histórico em que ideias como as de Rosenstein-Rodan (1943) defendiam desenvolvimento como sinônimo de crescimento, e de Prebisch (1949), em defesa do nacional-desenvolvimentismo, uma terceira vertente ligada aos estudos sobre desenvolvimento merece destaque pela influência que veio a exercer: a produção de Paul Baran. Esse autor, nascido em 1910, na Rússia, ganhou relevância no campo do desenvolvimento através da construção teórica que focava na importância dos aspectos políticos (Monthly Review, 2008).

Cabe salientar que essa ênfase foi criticada por Agarwala & Singh, em 1959, na introdução de uma compilação de algumas das ideias mais valorizadas à época sobre desenvolvimento, na qual os autores dividiram as visões, até então, existentes em duas categorias: econômica e política, qualificando as teorias políticas como pouco científicas, imaturas e de interesse secundário.

A partir de uma base referencial marxista, Baran (1964) focou sua análise na apropriação internacional dos excedentes gerados nos países subdesenvolvidos pelos monopólios produtivos e comerciais controlados nos/pelos países desenvolvidos. Defendeu a tese de que, apesar dos ciclos de avanço e retrocessos característicos do capitalismo, o modo de produção e a ordem social e política daí decorrentes foram propulsores de melhorias ligadas à produtividade e ao bem-estar material, quando correlacionado às formas feudais, progresso, entretanto, que foi desproporcional em termos espaciais, pois predominou em alguns países da Europa e da América do Norte, relegando ao subdesenvolvimento o resto do planeta.

Em contraposição ao investimento privado ligado ao crescimento técnico dos países líderes do capitalismo, os países subdesenvolvidos teriam se constituído historicamente como mercados recebedores de bens manufaturados que extraem recursos internos na forma de excedentes de capital. Baran (1964) definiu excedente dividindo-o em excedente econômico real, potencial e planejado. O excedente real seria a soma de todos os recursos econômicos disponíveis, do qual, ao deduzir o consumo, restaria o excedente potencial. Esse último estaria, então, virtualmente disponível para ser investido. O excedente planejado só seria possível em uma sociedade socialista que eliminasse o lucro como fator de organização social. Assim, nas sociedades capitalistas, os recursos seriam divididos entre aqueles destinados ao consumo e aqueles destinados à poupança e/ou investimento, esses últimos correspondendo ao excedente de capital. Nos países subdesenvolvidos, o excedente de capital seria remetido para o exterior e o sistema produtivo e comercial seria organizado nos moldes dos países centrais.

Para agravar essa situação, o excedente que permanecia nos países subdesenvolvidos se concentrava na pequena parcela detentora dos bens de produção, em detrimento da massa populacional que viveria à beira da miséria material e simbólica.

Assim, a garantia de condições mínimas de vida aos camponeses, que prevalecia sob o regime feudal, deixou de existir na transição para o capitalismo. A lógica que dali emergiu trouxe consigo a valorização da tecnologia como fator de eficientização da produção em detrimento da mão de obra, principalmente, nos países atrasados, em razão da pouca qualificação. Assim, a "[...] bonança supostamente representada pelo capitalismo, e a prosperidade da civilização industrial moderna, ficavam como que dispostas na vitrina, longe do alcance e protegidas do homem faminto das ruas" (Baran, 1964, p. 85).

Se, por um lado, as consequências sociais do capitalismo se mostravam com intensidade crescente; por outro, a crença de que o sistema capitalista poderia formular suas próprias soluções ganhava voz através do discurso de jovens burgueses que, insatisfeitos com a estagnação experimentada, adotavam como modelos os padrões de produção e consumo vigentes nos países desenvolvidos, em um processo que adicionava à dependência econômica dos países subdesenvolvidos, dependência em termos ideológicos, culturais, sociais e comportamentais. Esses padrões externos imputavam, então, formas de produção e consumo que não favoreciam o crescimento interno, mas intensificavam a relação desenvolvimento-subdesenvolvimento, ao reduzir a margem de manobra para a construção de identidades sociais próprias nos países definidos como atrasados.

Baran (1964), apesar de sua percepção em relação ao processo social então vigente, defendeu uma lógica de desenvolvimento nos mesmos padrões delineados pelos países de economia avançada, principalmente ações iniciais voltadas ao fomento de empresas privadas com base em incentivos governamentais ligados à infraestrutura, que incluíam meios de transporte, recursos energéticos e formação de mão de obra, entre outros, ou seja, em suas formulações também se encontrava uma preocupação com o progresso nacional.

É importante destacar, entretanto, que o autor sugeriu como formas de estímulo à poupança interna, além da tradicional injeção de recursos externos, a contenção do consumo supérfluo através de um sistema tributário progressivo que absorvesse o poder de compra das classes mais abastadas, invertendo, assim, a lógica que buscava a contenção do consumo prioritariamente nas classes menos favorecidas. Na efetivação dessa última proposta, para Baran (1964, p. 95), residia um dos principais dificultadores do processo de crescimento dos países subdesenvolvidos, pois "[...] o fato crucial que torna ilusória a realização de um programa de desenvolvimento reside na estrutura político-social dos governos no poder", situação que ganha novos vetores de força, no momento que o autor discutiu a influência e interferência provocada pela articulação dos governos locais com as classes dominantes dos países de economia considerada avançada. Essas últimas, em busca do estreitamento das relações comerciais, promoveriam ações que visavam auxiliar na estabilização política e econômica dos países periféricos, sob determinadas condicionantes que manteriam os privilégios comerciais construídos ao longo do tempo.

Entretanto, para Baran (1964, p. 98), o processo de desenvolvimento que levaria à melhoria das condições de vida da população em geral poderia ser postergado, mas não suprimido. Assim como, da eficácia das estratégias capitalistas para atender as demandas sociais mínimas, dependeria o sucesso e, consequentemente, a manutenção da hegemonia econômica do capitalismo.

Baran (1964), ao focar em questões sócio-políticas ligadas ao capitalismo, se contrapôs à lógica econômica predominante e provocou a emergência de ideias críticas em relação ao desenvolvimento, enfatizando a exploração sofrida pelos países subdesenvolvidos como meio para manter os privilégios dos países desenvolvidos. Entretanto, sua construção teórica se associou com as principais teses ligadas ao desenvolvimento, ao manter a estratégia de ampliação dos mercados via industrialização, porém sob controle estatal.

As ideias de Baran (1964) forneceram elementos que estiveram na base de ações discursivas que variaram da articulação entre dependência e desenvolvimento (Cardoso; Faletto, 1969) à que via no desenvolvimento, sob premissas mundiais, uma relação a ser superada, para que os países subdesenvolvidos pudessem trilhar caminhos próprios (Frank, 1966). Entretanto, foram autores como Samir Amin, na África; e Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, na América Latina, que tiveram suas leituras sobre o processo de desenvolvimento mais fortemente influenciadas pela releitura de Paul Baran sobre o imperialismo, como forma de organização do sistema econômico mundial (Nahón; Enríquez; Schorr, 2006).

Samir Amin, como será visto a seguir, focou seus esforços teóricos na análise das formas pelas quais a desigualdade emerge com base nas diferentes produtividades nacionais. O autor atribuiu ao contraste entre a

ampla mobilidade internacional de capitais e os limites impostos à livre circulação da mão de obra as bases sobre as quais se assentam relações em que uma menor quantidade de trabalho de uma economia nacional é permutada por uma quantidade superior de outra economia, em mesma escala.

3 SAMIR AMIN E A PROBLEMATIZAÇÃO DAS TROCAS DESIGUAIS

Amin (1976), ao problematizar o sistema de troca entre nações, argumentou que a teoria das vantagens comparativas provocava uma leitura estática sobre a relação entre dois parceiros. O autor salientou que somente "[...] 'dinamizando' a análise ricardiana é que a vantagem imediata proveniente da especialização orientará o desenvolvimento comparativo nos parceiros" (Amin, 1976, p. 114).

Com base nessa teoria objetiva do valor, a ênfase sobre a qual repousaria toda comparação possível entre as produtividades recai sobre o valor social do trabalho. Por consequência, é na diferença entre os níveis de desenvolvimento das forças produtivas que se tornaria possível entender a desigualdade necessária às trocas entre parceiros comerciais, no sistema capitalista.

Nesse ponto, Amin (1976) ressaltou uma nova divergência em relação à teoria das vantagens comparativas: a idêntica mobilidade entre os fatores trabalho e capital levaria ao desaparecimento do comércio, pois a especialização seria um ótimo relativo que é contraposto por um ótimo absoluto, no qual os capitalistas se deslocariam para as regiões que oferecem melhores condições com seus capitais.

Assim, a desigualdade das trocas, em escala mundial, traduz a desigualdade das produtividades entre nações. Sob essa lógica, a integração do mercado provoca um duplo processo em relação a um mesmo produto disponibilizado por duas ou mais nações: a unificação do preço final pelo valor mais baixo e a desvalorização do trabalho ou a redução do lucro nos países com menores níveis de eficiência produtiva, com vista à manutenção da competitividade. A baixa mobilidade internacional da mão de obra se traduz, ainda, na possibilidade de diferenciar os níveis salariais entre nações – que é independente de diferenças em relação ao aperfeiçoamento da produção, apesar de poder a ela se associar com vista à intensificação do lucro ou redução do preço.

Por consequência, ao associar os fatores acima, defendeu que, nos países periféricos, ocorria a utilização de alta tecnologia sob controle dos países centrais, de forma a assemelhar os padrões produtivos e, em contrapartida, reduzir a remuneração do trabalho em comparação com os salários pagos nos países centrais. Assim, a "[...] questão reside na troca de uma menor quantidade de trabalho de um sistema econômico ou de um país contra uma quantidade superior de trabalho de um sistema econômico de outro país. A troca desigual torna-se, desde então, possível" (Amin, 1976, p. 123).

Essa desigualdade possuiria seu suporte na organização produtiva imposta à mão de obra pelo capital acumulado nos países dominantes e se objetivaria, na periferia, em especialização naquelas atividades que criam excedente permanente e crescente de mão de obra em relação à demanda.

Nesse ponto, é necessário destacar a ênfase de Amin (1976, p. 122), ao defender que a "[...] teoria das relações entre formações sociais diferentes não pode ser economicista, as correspondentes relações internacionais, que se situam precisamente neste quadro, não podem dar lugar a uma 'teoria econômica". Consequentemente, a desigualdade em relação à remuneração da mão de obra seria definida pela construção de formas específicas de especialização do trabalho e de sistema de preços internacionais que as perpetuam como resultado de determinada conformação histórica e inserção posicional das diversas nações na economia mundial.

Amin (1976) qualificou o período histórico entre as últimas décadas do século XIX e início do século XX como marco delimitador da emergência do capitalismo tornado sistema mundial. Desde então, se poderia falar de especialização internacional, ou seja, em troca de produtos "[...] em que o valor é conhecido" (p. 132). Naquele período, em uma relação inversa, enquanto as trocas entre países centrais cresciam, decresciam entre países centrais e periféricos, assim como esses últimos se especializavam na exportação de produtos de base para um número reduzido de clientes.

Para o autor, a princípio, as exportações dos países subdesenvolvidos tinham por base produtos agrícolas exóticos e, as importações, manufaturas de uso corrente. É com a evolução produtiva nos países desenvolvidos que os produtos agrícolas e, posteriormente, os manufaturados começaram a fazer parte da pauta exportadora dos países subdesenvolvidos. Entretanto, o que importa salientar é que o essencial do comércio dos países desenvolvidos era feito entre eles, destinando aos países da periferia às atividades complementares. Já, nesses últimos, o processo é oposto, a economia nacional é cada vez mais dependente das relações de troca com os países centrais.

No que tange ao contraste entre os processos dos países centrais e periféricos, é relevante destacar a observação de Amin (1976), segundo a qual havia, nos países desenvolvidos, uma correlação negativa entre o tamanho econômico do país e a relação das exportações com o produto, ou seja, percebia-se uma tendência a um crescimento autocentrado.

Se, no período entre 1800 e 1880, o crescimento se traduziu em desvalorização relativa das manufaturas em relação aos produtos primários, no período seguinte, houve uma inversão, ou seja, os produtos primários passaram a sofrer deterioração em seu valor relativo. Se, no primeiro caso, havia um favorecimento dos países exportadores de matérias-primas, no segundo, os países desenvolvidos passaram a ser claramente beneficiados nas relações de troca. Essa predominância dos países desenvolvidos em relação às vantagens auferidas nas relações de troca, desde o final do século XIX, não sofreu mais alterações, apenas iria gradativamente aprofundar as diferenças, como já havia sido apontado por Prebisch (1949), no período entre 1876 e 1938.

Para Amin (1976), era o monopólio que possibilitava a alta dos salários nos países centrais, uma vez que a concorrência não se baseava nos preços. O contínuo reinvestimento do capital garantia os lucros crescentes e a reabsorção parcial da mão de obra tornada excedente em função da mecanização. Em contraponto, na periferia, os rendimentos dos proprietários fundiários eram gastos, em grande parte, na compra de produtos importados ostentatórios que, gradativamente, provocaram a ruína dos produtores artesanais sem contrapartida em outro segmento produtivo local, resultando em aumento do excedente de mão de obra.

Nesse contexto, para Amin (1976), o direcionamento de parte do capital dos países centrais para a periferia deveria ser explicado com base na tendência ao aumento das esferas absoluta e relativa do comércio, como meio de garantir lucros crescentes. A necessidade de aplicação do excedente de capital que teria fornecido as bases para a construção de um mercado local e nacional, ao atingir seus limites ou visualizar condições de ampliar os lucros em ambientes externos, almejaria realização em âmbito mundial.

Amin (1976) salientou, ainda, a contradição permanente entre uma produção capitalista sempre crescente e a capacidade de consumo como fator básico que levaria à contínua busca por aumento do mercado.

Segundo o autor, foi a partir de 1880 que a tendência à ampliação dos mercados passou a ser objetivada por meio da exportação de capitais, que não se contrapôs à exportação de manufaturas, mas viabilizou seu financiamento. Se o aumento regular do consumo exigia aplicação de recursos que os países parceiros não possuíam, o capital necessário foi disponibilizado por meio de financiamentos externos.

Cabe destacar, entretanto, que o capital investido pelos países centrais possuiria funções diferentes, quando direcionado a outros países centrais ou aos países periféricos. No primeiro caso, para proteção de privilégios e de mercados preferenciais e, principalmente, para a criação de superioridade tecnológica; no segundo, à procura de matéria-prima e mão de obra remunerada em níveis mais baixos (Amin, 1976).

Foi somente quando as possibilidades do crescimento capitalista chegaram a um ponto crítico nos países europeus e na América do Norte que foi iniciada uma nova expansão geográfica, na qual se constituiu a periferia que, à sombra dos padrões coloniais, colocou em contato formações sociais diferentes, caracterizadas como capitalismo central e capitalismo periférico (Amin, 1976).

Por isso, para Amin (1976), as várias etapas do desenvolvimento do sistema capitalista mundial foram caracterizadas por relações comerciais e financeiras do centro com a periferia com a mesma dupla função: facilitar a ampliação do mercado com vista à absorção de excedente e elevar a taxa média de lucro.

Esse processo, para o autor, ganhou novas variáveis através da concretização de três modificações estruturais no sistema capitalista, no período do pós-guerra: i) constituição de empresas transnacionais de grande porte que operam em escala mundial, com divisão de atividades entre estabelecimentos coordenados; ii) afirmação definitiva de uma revolução tecnológica que remete à ênfase produtiva para atividades altamente qualificadas; e iii) concentração do conhecimento tecnológico nas empresas transnacionais de grande porte.

A mudança mais significativa que ocorreu naquele momento foi a perda de importância relativa do capital físico em relação ao conhecimento técnico, no que tange à capacidade de proporcionar lucro. Essa capacidade permitiria a construção de uma nova forma de especialização internacional, na qual as atividades tecnologicamente mais avançadas ficariam concentradas nos países centrais e as atividades industriais clássicas seriam redirecionadas para os países do terceiro mundo. Esse processo ao caracterizar-se, também, para Amin (1976, p. 160), como "[...] 'desenvolvimento do subdesenvolvimento' [que] traduz-se por um agravamento das contradições internas próprias às formações periféricas:"

As ideias de Samir Amin problematizaram as diferenças entre os níveis de desenvolvimento da força produtiva – definidas com base nas diversas formações sociais em escala nacional – como fator-chave para que se pudesse entender a desigualdade nas trocas internacionais, mantida por estratégias político-econômicas que atribuíam alta mobilidade internacional ao capital e, em contraponto, baixa mobilidade à mão de obra.

Ao associar subdesenvolvimento a um processo de formação social com ênfase histórico-relacional, atribuiu aos países periféricos papéis complementares no sistema capitalista em escala mundial, assim como condicionou sua participação à necessidade de ampliação dos lucros derivados dos investimentos de capital originados no centro.

Por consequência, os países periféricos assumiram posição subordinada no sistema capitalista mundial, já que a ênfase político-econômica privilegiava a expansão da acumulação no centro, sob premissas que delegam aos países periféricos atividades complementares, sob controle tecnológico do centro e, principalmente, com baixa remuneração da mão de obra.

Samir Amin analisou, sob influência do marxismo, o processo de desenvolvimento dos países periféricos a partir da realidade experimentada nos países da África. Sob os mesmos pressupostos e de forma articulada, podem ser salientadas as ideias de autores latino-americanos, com destaque para as construções de Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, como produções que constituíram, de modo articulado, uma Teoria Marxista da Dependência.

4 A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

Para Dos Santos (2007, p. 2), o objeto de estudo da economia, vinculado à teoria marxista, busca a análise da teoria do valor relacionada com o processo de trabalho em um sistema social dado, ou seja, "[...] às classes sociais, às formações sociais e, de maneira mais geral, a certos modos de produção que articulam as relações econômicas, sociais, políticas e ideológicas". O autor (1978, p. 39) defendeu, ainda, o "[...] caráter de classes das relações econômicas internacionais, para situar nelas o processo de integração monopólica mundial". Para ele, o sistema econômico mundial se caracteriza pelo conflito, muitas vezes contraditório, entre dois blocos historicamente constituídos. Conflito não é essencialmente entre dois blocos, mas entre duas classes sociais internacionalizadas e entre dois modos de produção distintos. Entretanto, as formas concretas construídas historicamente não excluem conflitos entre unidades nacionais.

É sob tais pressupostos que as ideias de Ruy Mauro Marini e de Theotônio dos Santos se efetivaram, como será examinado na sequência.

4.1 A Dialética da Dependência

Para Ruy Mauro Marini (1991), o estabelecimento de relações capitalistas na América Latina fez emergir uma realidade diferenciada do processo vivenciado pelos países definidos como desenvolvidos, dadas as condições conjunturais.

A América Latina se desenvolveu vinculada com a dinâmica do capital internacional. A descoberta da América fez parte de um processo de controle de territórios geográficos de onde emanavam recursos naturais com potencial mercantil (Marini, 1991). Foi, portanto, fonte de insumos necessários às expansões comercial e bancária, assim como do estabelecimento de manufaturas e de grandes indústrias nos países considerados desenvolvidos.

A revolução industrial ocorrida na Inglaterra se relacionou à independência política de várias nações latino-americanas, no século XIX, ao possibilitar a desvinculação formal com os países da península ibérica e o início da gravitação em torno da primeira potência industrial europeia. Os países latino-americanos, em termos de fluxos de mercadorias e de capitais, passaram a se articular de forma direta com a metrópole inglesa, muitas vezes, ignorando os países vizinhos. As trocas eram, preferencialmente, de produtos primários dos satélites por produtos industrializados e empréstimos da metrópole (Marini, 1991).

As bases desse processo forneceram as condições que estruturaram a divisão internacional do trabalho e condicionaram o desenvolvimento posterior da região, dando início a um processo de dependência dos satélites globais.

Apesar da concordância com a tese de Frank (1966) sobre o "desenvolvimento do subdesenvolvimento", Marini (1991) considerou que Frank se equivocou ao tornar sinônimos, em termos relacionais, os processos colonial e industrial. Mesmo que o processo de dependência seja contínuo ao processo colonial, não foram processos homogêneos, portanto produziram resultados e realidades heterogêneas.

No que se refere ao processo de dependência, o surgimento das grandes empresas condicionou a divisão internacional do trabalho que se estabeleceu posteriormente. Entretanto, a América Latina ocupou um papel que transcendia os requerimentos em termos de suprimentos físicos, possibilitando o aumento da capacidade produtiva do trabalho. Em contrapartida, a modificação produtiva deu-se, primordialmente, sob bases de uma maior exploração da mão de obra. "É esse caráter contraditório da dependência latino-americana que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista [...]" (Marini, 1991, s/p.).

É necessário destacar que, para Marini (1991), o acréscimo na taxa de mais valia era definido pela relação entre o tempo de trabalho excedente e o tempo de trabalho necessário. Nas palavras de Marini (1991, s/p): a "[...] mais-valia relativa está ligada, indissoluvelmente, com a desvalorização dos bens-salário, para o que contribui em geral, mas não necessariamente, a produção do trabalho".

Isso ocorre em razão de que o aumento da produção via incremento tecnológico ampliaria a margem de lucro até o ponto em que o diferencial tecnológico se disseminasse entre os diversos *players,* de forma a provocar a redução dos preços unitários, remetendo, assim, a possibilidade de incremento das taxas de lucro para o constante acréscimo da exploração do trabalho (Marini, 1978 e 1991).

Esse processo, para o autor (1978), foi reforçado pela delegação por parte dos países metropolitanos do papel de fornecedores de suprimentos para a subsistência de suas populações, pois, nos países periféricos, havia perda do valor relativo dos produtos agrícolas. A desvalorização relativa dos suprimentos básicos tornou possível a redução do "[...] valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que o crescimento da produtividade se traduz em taxas de mais-valia progressivamente crescentes" (Marini, 1978, s/p). Nesse sentido, os "[...] baixos salários que a CEPAL observava na América Latina e destacava como um problema teórico do desenvolvimento não eram fruto da falta de industrialização, mas de como a dependência tecnológica atuava para produzi-los" (Martins, 2006, p. 180).

Entretanto, Marini (1991) defendia que a pouca força econômica dos satélites possibilitou sua exploração por parte das metrópoles. Por consequência, a disseminação das práticas desenvolvimentistas teve como resultado aumento da dependência de forma proporcional em relação ao processo de desenvolvimento metropolitano.

Nesse sentido, Marini (1991) defendeu a superexploração do trabalho como a essência da dependência latino-americana, com base na negação ao trabalhador das condições necessárias à reposição da força de trabalho, seja pelo dispêndio de energia superior ao que deveria ou pela impossibilidade de consumir aquilo que seria necessário à conservação de sua força em estado normal. Nesse mesmo sentido, Marini (1991) salientou que, a produção latino-americana foi formatada sob o ponto de vista de uma economia dependente, ao separar dois momentos complementares do ciclo de capital – produção e consumo, separação que tirou importância do mercado interno de forma a constituir um processo diferente do que aconteceu nos centros de desenvolvimento que tiveram que constituir internamente seu próprio mercado consumidor.

No que tange à forma de circulação de capital nos países dependentes, Marini (1991) argumentou que a aparente contradição entre as formas de valorização do trabalho e incorporação dos salários nas economias latino-americanas e nos países metropolitanos não se caracterizava em interpretações equivocadas de referenciais macroeconômicos (Mantega, 1998) ou por ser um meio para favorecer o processo de industrialização que traria, em médio ou longo prazo, condições mais igualitárias entre os povos (Lewis, 1954; Rosenstein-Rodan, 1961), mas por estratégias ligadas ao funcionamento do sistema capitalista global, com vista à maximização de mais-valia. Esse processo ocorria, por um lado, pela importância do mercado latino-americano como fornecedor de alimentos e matéria-prima para os países metropolitanos; por outro, pela desvalorização do mercado consumidor latino-americano, que possibilitou o rebaixamento do custo de mão de obra a limites que, muitas vezes, ultrapassaram o mínimo necessário à subsistência como meio de reduzir os preços finais dos produtos exportados.

Essa forma de entender o contexto lançou, ainda, novas luzes à diferença entre as classes trabalhadora e burguesa nos países da América Latina: os donos dos meios de produção buscavam formas de maximizar seus lucros, tendo como resultado a alteração de sua expectativa de consumo, sem contrapartida no mercado interno. Desse modo, a dependência econômica atingia outras esferas, como a social e cultural, através da disseminação de padrões de produção e consumo que inexistiam previamente (Marini, 1978).

Cabe destacar, ainda, o subimperialismo como "[...] uma composição orgânica média em escala mundial dos aparatos produtivos nacionais; por outro, o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma [...]" (Marini, 1977, p. 17).

O autor afirmou, ainda, que o subimperialismo é resultado da luta de classes em escala global e do projeto político em escala nacional condicionados pela estrutura política e econômica mundial. Assim, o subimperialismo "[...] além de ser uma categoria analítica [...] é um fenômeno histórico e, assim, seu estudo exige o exame cuidadoso de seu processo de desenvolvimento" (Marini, 1977, p. 21).

Marini, ao direcionar sua construção para a análise da formação da dinâmica político-econômica que caracterizava a América Latina, trouxe à tona uma forma de olhar que se contrapôs às vertentes que justificam o crescimento econômico sob premissas mundiais. Desvelou de forma enfática a forma como a dependência dos países satélites era legitimada pelas práticas hegemônicas e, principalmente, a exploração inerente a essa dinâmica, pois é com base no suporte em termos de matéria-prima e trabalho, assim como por meio da apropriação do lucro originado nos satélites, que as metrópoles mantêm as condições econômicas e a legitimidade de suas posições.

4.2 A Economia Mundial e a Revolução Científico-tecnológica

A teoria das vantagens comparativas, conforme proposta por David Ricardo, definiu como objeto de análise as economias nacionais. Esse entendimento, para Dos Santos (2008), se constituía em um distanciamento da experiência histórica da humanidade. Para esse autor, foi somente através do mercantilismo ocorrido entre os séculos XV e XVII que as diversas nações encontraram as condições para se constituírem de forma vinculada ao comércio mundial, situação que provocou violência histórico-metodológica que teria sido obscurecida na medida em que algumas economias nacionais foram adquirindo certo grau de independência diante da economia mundial. Independência, para Dos Santos (2008, p. 7), é "[...] não no sentido de deixar de estar relacionado ou de deixar de ser interdependente dessa economia mundial, mas sim de ser, cada vez mais, determinadora dessa economia mundial".

Foram os sistemas nacionais que alcançaram alto grau de produtividade, por meio da divisão do trabalho e da adoção da moderna manufatura, que construíram Estados nacionais fortes. Esses Estados, com a organização social a eles relacionada, obtiveram as condições para a imposição de uma estruturação produtiva baseada em uma divisão internacional do trabalho específica que se instalou em escala mundial. Essa escala foi [...] criada durante os descobrimentos marítimos iniciados no século XV e continuados nos séculos XVI e XVII, primeiro por Portugal e Espanha, depois pela Holanda, e depois pela própria Inglaterra (Dos Santos, 2008, p. 7).

Ao buscar as origens e as condições nas quais emergiu o modo de produção capitalista, o autor enfatizou a Revolução Industrial e a formação do proletariado moderno, ou seja, do assalariado.

No que tange à revolução científico-técnica, o autor defendeu que, desde 1945, a natureza das mudanças que vêm acontecendo em direção a uma civilização planetária é definida a partir do novo papel que o conhecimento científico passou a ocupar em relação à organização das atividades produtivas, ou seja, de auxiliar na produção para uma posição de condicionante de atividades cada vez mais relevante à manutenção do sistema capitalista. Assim, o "[...] conceito de revolução científico-técnica (RCT) tenta articular essas mudanças numa visão integrada" (Dos Santos, 1994, p. 26).

A emergência de ramos de produção dependentes do conhecimento científico provocou o surgimento e a expansão das atividades de pesquisa e desenvolvimento no interior das empresas, assim como sua associação

com a atividade produtiva determinou o aparecimento de novas atividades econômicas ligadas à formação e atualização de profissionais associados à criação, aperfeiçoamento e utilização desses conhecimentos.

Dos Santos (1994) defendeu que a revolução científico-técnica caracterizava uma nova etapa histórica do desenvolvimento das forças produtivas, com base nos seguintes movimentos: (1) substituição do trabalho diretamente produtivo e divisão natural do trabalho pelas máquinas; (2) formação de complexos produtivos nos planos internacional, transnacional e/ou planetário que concentram e centralizam a produção; (3) surgimento e crescimento do tempo de trabalho não diretamente produtivo e de tempo livre na sociedade; (4) submissão da produção ao conhecimento científico; (5) surgimento de novos ramos derivados diretamente da aplicação dos conhecimentos científicos revolucionários; (6) alteração da estrutura de empregos, com redução dos produtores diretos e ampliação dos trabalhadores na área de serviços; (7) redução da jornada de trabalho ou do número de trabalhadores no setor diretamente produtivo; (8) emergência de uma nova estrutura definidora da divisão internacional do trabalho, de forma que os países mais desenvolvidos dediquem-se às novas atividades e que os países de desenvolvimento médio assumam a produção industrial, que exige mão de obra com baixo custo e degrada o meio ambiente.

É necessário retomar que, no processo de integração da economia mundial, assim como de sua regionalização produtiva, os Estados nacionais permaneceriam sendo a unidade econômica, política e cultural sobre a qual se assentam os fenômenos mais gerais (Dos Santos, 2004), razão pela qual, através da cessão de sua soberania geopolítica, assumem posição de mediação apoio e financiamento, sem a qual as empresas transnacionais não conseguiriam operar.

Ao considerar que as bases do processo de mundialização da economia encontram-se na revolução científico-técnica, o autor atribuiu aos Estados nacionais o apoio econômico direto e necessário à expansão dos mercados, seja em áreas não diretamente rentáveis como segurança, infraestrutura, criação de centros de pesquisa e laboratórios universitários, seja através de renúncia fiscal ligada a projetos específicos de determinada empresa.

Cabe destacar, ainda, que, sob o impacto da revolução científico-técnica, os diversos ramos do setor de serviços (principalmente, aqueles ligados ao conhecimento e comunicação) passaram a ser posicionados como centros direcionadores do conjunto das atividades econômicas (Dos Santos, 2008). Sob as premissas acima, o autor salientou que, em paralelo ao conceito de economia mundial, estaria o conceito de sistema mundo como conceito que " [...] busca integrar as realidades nacionais, internacionais, transnacionais, multinacionais e globais que formam a economia mundial" (Dos Santos, 2008, p. 29).

Já, o conceito de economia planetária, conforme defendido pelo autor, superaria o de economia mundial, na medida em que essa última tornou improvável a existência de várias economias-mundo em competição. A economia planetária não exclui a existência de unidades econômicas locais, nacionais e regionais, com grande corte civilizacional, sendo uma economia plural.

As ideias de Theotônio dos Santos atribuíram ênfase ao processo de construção da economia mundial a partir do mercantilismo, já que esse último teria fornecido as condições para a constituição das diversas nações de forma vinculada ao comércio mundial. Salientou, ainda, a produção de posições de controle do sistema econômico a partir dos países que estabeleceram em seus territórios setores mais dinâmicos, em relação à acumulação internacional de capital.

No período pós-guerra, tais posições se caracterizaram pelo domínio de atividades ligadas aos setores tecnológicos e de serviços, principalmente naqueles ligados ao conhecimento e à comunicação. Às nações periféricas, em contraponto, foram destinadas atividades diretamente produtivas, principalmente, com o objetivo de baixar o valor do trabalho e de reduzir, nos países centrais, atividades que degradam o meio ambiente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das ideias iniciais de Baran, autores posicionados em países periféricos passaram a dar ênfase à realidade enfrentada em seus países de origem, buscando compreender as razões das categorizações de base econômica que os qualificavam como subdesenvolvidos. O conceito de Estado que predominou é de vertente marxista, sendo entendido como um instrumento de legitimação da classe burguesa, visando à garantia dos privilégios de uma classe dominante detentora dos meios de produção articulada a uma ordem hegemônica em escala global (Baran, 1964).

Já, no continente africano e de forma articulada com as ideias de Baran, Samir Amin enfatizou as trocas desiguais ao problematizar as diferenças entre os níveis de desenvolvimento da força produtiva como fator-chave, para que se pudesse entender a desigualdade nas trocas internacionais, mantida por estratégias político-econômicas que atribuíam alta mobilidade internacional ao capital e, em contraponto, baixa mobilidade à mão de obra. Ao associar subdesenvolvimento a um processo de formação social com ênfase histórico-relacional, atribuiu aos países periféricos papéis complementares no sistema capitalista em escala mundial, assim como condicionou sua participação à necessidade de ampliação dos lucros derivados dos investimentos de capital originados no centro. Aos países periféricos, restou a imposição de uma inserção subordinada no sistema capitalista mundial, já que a ênfase político-econômica privilegiava a expansão da acumulação no centro, sob premissas que delegam aos países periféricos atividades complementares, sob controle tecnológico do centro e, principalmente, com baixa remuneração da mão de obra.

Já, na América Latina, as ideias de Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos se destacaram. Marini, ao direcionar sua construção para a análise da formação da dinâmica político-econômica que caracterizava a América Latina, trouxe à tona uma forma de olhar que se contrapôs às vertentes que justificam a ênfase no crescimento econômico sob premissas mundiais. Desvelou de forma enfática a forma como a dependência dos países satélites era legitimada pelas práticas hegemônicas e, principalmente, a exploração inerente a essa dinâmica, pois é com base no suporte em termos de matéria-prima e trabalho, assim como por meio da apropriação do lucro originado nos satélites, que as metrópoles mantêm as condições econômicas e a legitimidade de suas posições.

Já, as ideias de Dos Santos atribuíram ênfase ao processo de construção da economia mundial a partir do mercantilismo, já que esse último teria fornecido as condições para a constituição das diversas nações de forma vinculada ao comércio mundial. Salientou, ainda, a produção de posições de controle do sistema econômico a partir dos países que estabeleceram em seus territórios setores mais dinâmicos, em relação à acumulação internacional de capital.

No período pós-guerra, tais posições se caracterizaram pelo domínio de atividades ligadas aos setores tecnológicos e de serviços, principalmente naqueles ligados ao conhecimento e à comunicação. Às nações periféricas, em contraponto, foram destinadas atividades diretamente produtivas, principalmente, com o objetivo de baixar o valor do trabalho e de reduzir, nos países centrais, atividades que degradam o meio ambiente.

As análises realizadas pelos autores examinados ao longo deste ensaio revelam uma ideia de desenvolvimento que põe em questão sua equivalência ao conceito de crescimento econômico, evidentemente, com base na realidade vivenciada em diversos países considerados periféricos.

A partir do suporte marxista que lhes oferece sustentação, é possível pensar em um conceito de desenvolvimento que leve em consideração os conflitos de classe e a dinâmica socioeconômica que predomina na relação entre as diversas nações, ou, conforme definido por Bonente (2011, p. 131), trata-se de uma perspectiva relacional na qual "[...] uma dada estrutura (totalidade) é objetivamente superior, ou mais desenvolvida, do que outra estrutura da mesma espécie, caso seja constituída por um maior número de componentes específicos,

ou pelo mesmo número de componentes mais complexos [...]". Portanto, desenvolvimento de uma sociedade equivale ao grau de desenvolvimento/complexidade de seus respectivas fatores constitutivos: economia, arte, direito, política, religião, etc.

Por fim, cabe salientar que, apesar das constantes atualizações e interpretações regionalizadas, as ideias analisadas se direcionaram para a crítica ao processo de desenvolvimento com base em um conflito de classes que ganha novas nuances ao entender o Estado como suporte e financiador de uma lógica econômica que prioriza as crenças e ideias geradas nos países centrais e de subordinação das nações periféricas.

O texto que ora finda não busca ser um estudo exaustivo, mas condicionado por escolhas do autor, assim como por limitações de tamanho e abrangência característicos de um ensaio.

REFERÊNCIAS

AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. A Economia do Desenvolvimento. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969, p. 9-14.

AMIN, S. **O Desenvolvimento Desigual – Ensaio sobre as Formações Sociais do Capitalismo Periférico**. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

BARAN, P. **A Economia Política do Desenvolvimento.** São Paulo: Zahar, 1964.

BONENTE, B. A. I. M. **Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista.** Rio de Janeiro, 2011. Tese (Doutorado em Economia). PPG em Economia, Universidade Federal Fluminense.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL.** V.2. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 495-520.

CLARK, C. A Expansão Demográfica e os Padrões de Vida. In: AGARWALA, A. N. & SINGH, S. P. **A Economia do Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Forense 1969, p. 41-61.

DOS SANTOS. T. **Imperialismo y Dependencia.** México: Era, 1978.

DOS SANTOS, T. **Economia Mundial – Integração & Desenvolvimento Sustentável**. 2. ed. Petropolis: Vozes, 1994.

DOS SANTOS, T. **A Teoria da Dependência – Balanço e Perspectivas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

DOS SANTOS, T. **Economia Política Marxista: Um Balanço**. Disponível em; http://www.reggen.org.br. Acesso em: 21out. 2024.

DOS SANTOS, T. **Sistema Econômico Mundial: Gênese e Alcance Teórico de um Conceito**. Disponível em: http://www.reggen.org.br. Acesso em: 09 nov. 2024.

DUARTE, I. F.; MORETTI, E. C.; ALMEIDA, M. G. Desenvolvimento Local: Uma Contribuição de Goiânia ao Turismo de Municípios Próximos. In: **IX EREGEO – Encontro Regional de Geografia. Novas Territorialidades**, Porto Nacional, 2005. Disponível em: http://www.observatoriogeogoias.com.br. Acesso em: 10 jan. 2025.

ESTEVA, G. Development. In: SACHS, W. **The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power.** 12. ed. New York: Zed Books Ltd, 2007. p. 6-25.

FRANK, A. G The Development of Underdevelopment. **Monthly Review.** New York, v. 18, nº 4, p. 17-31, Septembro/1966.

HOBSBAWM, E. J. **A Era dos Extremos. O Breve Século XX. 1914-1991.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEWIS, W. A. O Desenvolvimento Econômico com Oferta Ilimitada de Mão de Obra. In: AGARWALA, A. N. & SINGH, S. P. **A Economia do Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Forense, 1969, p. 406-456.

MANTEGA, G. Modelos de Crescimento e a Teoria do Desenvolvimento Econômico. São Paulo. **Relatório de Pesquisa. Núcleo de Pesquisas e Publicações da Escola de Administração de Empresas de São Paulo**, Fundação Getúlio Vargas, 1998. Disponível em: http://www.eaesp.fgvsp.br. Acesso em: 07 jan. 25.

MARINI, R. M. La Acumulación Capitalista Mundial y el Subimperialismo. **Cuadernos Políticos.** México, nº 12, abr-jun/1977. Disponível em: http://www.marini.unam.mx. Acesso em: 30 abr. 2025.

MARINI, R. M. Las Razones del Neodesarrollismo – Respuesta a F.H. Cardoso y J. Serra. **Revista Mexicana de Sociología***,* México, 1978, Número Especial. Disponível em: http://www.marini.unam.mx. Acesso em: 30 abr. 2025.

MARINI, R. M. **Dialéctica de la Dependencia.** México: Ediciones Era, 1991. Disponível em: http://www.marini.unam.mx. Acesso em: 30 abr. 2025.

MARTINS, C. E. O Pensamento Latino-Americano e o Sistema Mundial. In: BEIGEL, Fernanda *et al*. **Crítica y Teoría en el Pensamiento Social Latinoamericano.** Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 153-216.

MENEGHETTI, F. K. (2011). O que é um Ensaio-Teórico? **Revista de Administração Contemporânea***,* 2011, v. 15, n. 2, p. 320-332.

MONTHLY REVIEW. History. **Monthly Review**, 2008**.** Disponível em: http://www.monthlyreview.org. Acesso em: 10 fev. 2025.

NAHÓN, C.; ENRÍQUEZ, C. R.; SCHORR, M. El Pensamiento Latinoamericano en el Campo del Desarrollo. In: BEIGEL, Fernanda *et al*. **Crítica y Teoría en el Pensamiento Social Latinoamericano.** Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 327-388.

NURKSE, R. Alguns Aspectos Internacionais do Desenvolvimento Econômico. In: AGARWALA, A. N. & SINGH, S. P. **A Economia do Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Forense, 1969, p. 263-277.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (2008). **Sobre a ONU.** Disponível em: http://www.onu-brasil.org.br. Acesso em: 11abr2025.

PREBISCH, R. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Problemas Principais. In: Bielschowsky, R. (org). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL.** v. 1. São Paulo: Record, 2000, p. 69-136.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Notes on the Theory of the Big Push. In: ELLIS, Howard S. **Economic Development for Latin America.** New York: St. Martin Press, 1961.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. (1943), Problemas da Industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969, p. 251-262.

ROSTOW, W. W. **Etapas do Desenvolvimento Econômico.** Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SINGER, H. W. O Mecanismo do Desenvolvimento Econômico. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A Economia do Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Forense, 1969, p. 387-405.

VINER, J. A Economia do Desenvolvimento. In: Agarwala, A. N. & Singh, S. P. **A Economia do Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Forense, 1969, p. 17-39.